

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Os Terena no Sul de Mato Grosso: a conquista de seu território

Vera Lucia Ferreira Vargas¹

Resumo: Este texto tem por objetivo refletir sobre algumas das ações reivindicatórias dos índios Terena, no final do século XIX, junto ao governo brasileiro para permanecerem nas terras que ocupavam no então sul de Mato Grosso, por meio de trocas de favores estabelecidas entre eles e o Império conforme apontam os documentos da Diretoria Geral dos Índios – DGI.

Palavras-chave: Terena, Território, Império brasileiro.

Abstract: The objective of this text is to discuss some of the contesting actions of the Terena Indians towards the Brazilian government in the end of the XIX century in order to remain in the lands occupied by them the South of Mato Grosso. According to documentation from the 'Diretoria Geral dos Indios' -DGI- this process was carried out by exchanges of favors between them and the Empire.

Keywords : Terena, Territory, Brazilian Empire

Os índios Terena que se estabeleceram próximos das margens do rio Miranda em meados do século XVIII, e ali constituíram parte de suas antigas aldeias, vivenciaram ao longo dos séculos diversas situações, entre elas, a sua participação na Guerra do Paraguai (1864-1870), que resultou no seu esparramo pelo território do Sul de Mato Grosso. Proporcionando suas divisões em vários grupos para sobreviver aos conflitos, ocasionando também a criação de novos núcleos, que no fim dessa guerra alguns se tornaram novas aldeias, como foi o caso da aldeia de Brejão, no atual município de Nioaque, outras foram reconstruídas a exemplo de Ipegue e outras foram completamente destruídas, como a aldeia de Naxe Daxe, ambas também fazendo parte do atual município da cidade de Aquidauana.

Assim quando os Terena retornaram para os territórios que ocupavam naquela região encontraram muitos deles também invadidos por não índios, que por sua vez, não permitiram

¹ Doutoranda em História Universidade Federal Fluminense/Pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre Populações Indígenas NEPPI/UCDB/Bolsista da Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino, Ciência e Tecnologia do Estado de Mato Grosso do Sul - FUNDECT

mais a sua presença naquela localidade. No entanto, os Terena não aceitaram essa nova situação que lhes era imposta e a partir de então, eles próprios passaram a relatar as autoridades brasileiras às condições em que suas terras se encontravam e assim também a reivindicar dessas mesmas autoridades a posse de seus antigos territórios, revestidos dos direitos que a sua participação na referida guerra lhes concedera, conforme apontam os documentos da Diretoria Geral dos Índios – DGI,

(...) A cerca do índio da tribu terena de nome José Caetano (...) é que o dito índio com mais alguns de sua tribu, em numero de 17, procurou-me para representar que era filho do fallecido Pedro Tavares, capitão da aldêa do Ipegue, no districto de Miranda, e seo substituto, que por ocasião da invasão paraguaya não só a sua tribu, como todas as outras e mais habitantes do districto abandonarão os seus lares e retirarão-se para os montes e bosques, onde permanecerão por 6 annos, que ultimamente voltando os moradores a reocuparemos seos domicilios, elles Terenas encontrão a sua aldêa do Ipegue ocupada por Simplicio Tavares, por Antonio Maria Piche, o qual lhes obsta a repovoarem e labrarem suas antigas terras e de seos antepassados; pelo que vinhão pedir providencias para não serem esbulhados de suas propriedades das quais não podião desprender-se um outro índio da mesma tribu de nome Victorino, que farda-se como Alferes, e pertence a aldêa de Nachedache, distante da Ipegue uma legoa, fez-me igual reclamação. (Doc. 1871, p. 79v 80 – Livro n. 191, 1860-1873, APMT)

Esse documento, além de evidenciar a situação em que se encontravam os territórios indígenas no pós-guerra e a condição dos próprios índios, apontou também para a atitude que os Terena tiveram com relação à ocupação de suas terras pelos não índios, ou seja, reforçaram sua participação na referida guerra, por meio de índios que se fardavam como alferes, além disso, também se apropriaram da sua condição de capitão, concedida a alguns de seus chefes indígenas como forma de agrado por parte do exercito brasileiro, no entanto, os Terena por meio desses mesmos títulos, também passaram a pressionar as autoridades brasileiras para a demarcação de seus territórios.

Assim por meio desses agrados pode-se dizer que esses índios sentiram-se privilegiados e na condição de ressignificar os laços construídos com o governo brasileiro. Esses símbolos do poder, da insígnia e da farda se transvestiram na posição de dóceis e mansos. O título e a farda eram as provas que os diferenciavam das outras etnias indígenas e os colocavam em igualdade com os brancos não índios. Tanto é verdade que, para fazer suas reivindicações junto às autoridades brasileiras, relatavam à situação da invasão de suas terras e da desorganização destas, em função da Guerra do Paraguai. E no encontro com o poder, estavam revestidos dos direitos de capitão e vestidos como alferes, conotando uma reunião de autoridades, como fez o capitão Vitorino, mencionado anteriormente no documento da DGI.

Entre os Terena havia também o capitão Alexandre Bueno, que contribuiu com as autoridades brasileiras no que se refere à civilização de outros povos indígenas. Essa era uma das preocupações do governo, uma vez concretizada a civilização dos índios, estava também garantido a apropriação de suas terras assim como mão-de-obra barata e qualificada. Para isto as autoridades contavam com a ajuda dos Terena para a civilização de outras etnias; assim os Terena foram um dos mais utilizados para exercer este papel junto aos demais índios do Mato Grosso, quando também passaram a interagir com a política indigenista do governo brasileiro, estabelecendo as trocas de favores entre essas sociedades. Os Terena assumiram esta função, por meio do capitão Alexandre Bueno, que em 1875, solicitava pagamento – objetos de que necessitava – para aldear os índios Enima.

Levando a presença de V. Ex. o incluso requerimento do Capitão Alexandre Bueno de Terena, indio desta Nação estabelecido no lugar denominado Naxedaxe, cumpre-me informar que julgo vantajosa a catechese dos Indios Enimas nas immediações da Villa de Miranda como se propõem o supplicante, convindo para isso fornecer-se-lhe os objectos que requesita, que são indispensáveis para levar a effeito sua pretensão. (Lata, 1875, doc. Avulso, APMT)

Em um outro documento da DGI, continuam as informações acerca da catequese e civilização dos índios Enima e aponta a iniciativa do índio Terena Alexandre Bueno, para a realização dessa tarefa:

Em cumprimento do officio de V. Ex. N. 105 datado de hontem, cujo recebimento tenho a honra de accusar, nesta data expeço ordem do Diretor das aldeãs de Miranda para que, durante a ausencia do Capitão dos indios Terenas Alexandre Bueno, que se offerecera a V. Ex. para reunir e aldear nas immediações da Villa de Miranda os indios Enimagas (vulgarmente Enimas), e que leva em sua companhia seo enteado Francisco Dias de Faria, providencie o melhor modo para que não seja estragada a lavoura deste, que se acha estabelecido à margem do rio Taquary; bem como recommendo ao mesmo Diretor que, para o bom resultado do aldemanto projetado pelo capitão Alexandre Bueno, empregue toda a sua influencia e preste a possível coadjuvação. (Lata, 1875, doc. Avulso, APMT)

Pode-se observar, neste documento, a iniciativa do Capitão Terena para realizar a catequese dos índios Enima, atendendo aos interesses do governo brasileiro, bem como os seus próprios. Pode-se dizer que eram as suas antigas pautas culturais de convívio, sempre que possíveis colocadas em prática, ou seja, dominar as etnias consideradas mais fracas que as suas e, também, estabelecer trocas com as autoridades brasileiras, mantendo relações amigáveis, com as mesmas, sendo este um elemento importante na correlação de forças entre

os Terena e o Império. Tanto que esses índios viviam ao seu modo, pode-se dizer que de acordo com a sua cultura, como aponta o documento da DGI:

Nas proximidades da Villa de Miranda existem aldeadas diversas tribus de indios que posto tenham connosco relações vivem todavia sobre si e a seu modo, sob a direção do presente incansável índio [Terena] Capitão Alexandre bueno, que relevantes serviços tem prestado a catechese, indo pessoalmente a aldeã dos Enimas, nas immediações da Bahia negra, onde conseguiu por meios suasorios deslocar e trazer consigo 321 indios, com os quaes, e com os sua tribu, formou uma pequena colônia, para a qual mais esta vez peço toda a proteção, attendendo (...) vantagens que d'ella resulta ao Districto de Miranda, não só quato ao aumento de população, como na civilização dos mesmos indios. (Lata, 1878, doc. Avulso, APMT)

Tal contexto evidencia a autonomia dos Terena, quando menciona que vivem ao seu modo. A razão de pontuar a condição desses índios como auxiliares das autoridades brasileiras para o desenvolvimento da civilização de outras etnias é em função de compreender alguns dos aspectos de sua política estratégica junto ao governo, sendo a amizade um elemento importante na correlação de forças entre os Terena e o Império, para pressioná-lo em razão da demarcação de seus territórios. Assim, observa-se que esses índios permitiram-se a realizar tal tarefa. Foi deles a atitude de civilizar as demais etnias com o total apoio das autoridades brasileiras, tanto que, constantemente, eram requisitados por essas mesmas autoridades para exercer essa função.

É importante observar que existiam distinções muito claras entre as etnias indígenas. Uns eram *amigos, dóceis, trabalhadores*, ou seja, estavam mais próximos da *civilização* como foram considerados os Terena. Outros índios eram *arredios e bravios* e não aceitavam dialogar e nem trocar com o Império; os Terena, classificados como *dóceis e pacíficos*, também se apropriaram dessa condição e transformaram-na em um importante mecanismo para realizar as suas próprias reivindicações. Era, portanto, como já foi dito uma relação de troca entre os Terena e o Império; havia formas de pagamento, estipulada pelos próprios índios, para realizar essa tarefa de civilizar, como por exemplo, objetos que facilitassem o desenvolvimento de sua agricultura, tais como enxadas e foices, e principalmente a legalização de seu território na região da então Vila de Miranda evidenciando, assim, sua organização.

Essa realidade permitiu ainda aos Terena formar comissões para lembrar o governo brasileiro de seus préstimos junto a ele. Essa era a razão que embasava o substrato político de barganha pelo qual reivindicavam os seus direitos. Várias foram às expedições dos Terena

para Cuiabá, em busca de relações diplomáticas, ostentando o status de prestadores de serviços à pátria brasileira. Todavia, a luta pelo território conduziu-os a muitas situações conflituosas diante dos outros povos indígenas e, principalmente, com os fazendeiros – novos regionais – e as instituições gestoras da política indigenista vigente.

No final do século XIX, aldear os índios tornou-se uma necessidade para o desenvolvimento do sul de Mato Grosso. O governo precisava povoar as fronteiras da nova república. Era necessário, primeiramente, resolver a questão das terras indígenas, uma vez que os índios não aceitavam cumprir com os objetivos do governo de fixarem-se todos juntos no mesmo aldeamento. A política indigenista encontrava-se em um impasse: os regionais necessitavam de braços para resolver o problema da falta de mão-de-obra. Aldear os índios era a garantia de um maior número de terras livres para ocupação dos particulares que aumentavam cada vez mais na região. Esperava-se que os problemas existentes entre as sociedades indígenas e a sociedade envolvente diminuiriam; além do mais, acreditava-se que com essas medidas seria sanado o problema da falta de mão-de-obra na região. Ao mesmo tempo, estariam atendendo as reivindicações indígenas.

Assim, com os índios em lugares determinados, o governo brasileiro poderia prosseguir com a sua política de povoamento e desenvolvimento do sul de Mato Grosso, bem como proporcionaria aos índios trabalhar e se sustentar, contribuindo principalmente, para o desenvolvimento econômico da região, evitando as formas ilícitas – como roubo de gado e das roças dos fazendeiros – que até então ocorriam. Passado quase uma década, o problema persistia como evidencia a carta do então Diretor Geral dos Índios do Município de Miranda, Theodoro Paes da Silva Rondão, no ano de 1893:

(...) os indios deste municipio tem-se tornando de tempo a esta parte, inuteis e ate mesmo inconvenientes, como vou demonstrar-vos. Em numero que talvez atinja á mil só os de 12 annos da idade para cima do sexo masculino, se entregar a uma vida inteiramente ociosa, resultando d'ahi a necessidade de recorrerem a caça e a pesca para manterem com suas famílias; este recurso porem que as mais das vezes falha, os impelli ao extremo de lançarem mão do gado alheio para supprirem suas necessidades, dando isto lugar a algumas perseguições, que tem soffrido da parte de alguns fazendeiros, que se vêem prejudicados. O meio mais efficaz que me parece, e conducente à melhorar a sorte destes infelizes é: aldeal-os em um lugar proporcionado ao trabalho de agricultura, (...) Estas medidas urge sejam tomadas com a máxima brevidade, pois ellas tendem não só a melhorar a geração futura, como tambem concorrerá seguramente para o desenvolvimento moral e material, não sé deste municipio, mas tambem de toda esta florescente comarca (...) tenho em vista aldeal-os nos terrenos d'esta povoação, que já me farão concedidos pela respectiva Directoria; nestes terrenos abundão proporções para o trabalho agrícola, acrescentando ainda a vantagem de offerecer este rio Aquidauana – a mais franca navegação que lhes facilitarão a venda ou exportação de todo o produto, que obtiveram. (Lata, 1893, doc. Avulso, APMT)

A necessidade da política de demarcação das terras indígenas possuía interesses próprios, principalmente visando o benefício dos fazendeiros. Mas, ressalta-se também que se os Terena não tivessem posto a sua política em prática, não teria necessidade do governo estabelecer o seu lugar, uma vez que um dos seus objetivos era o de se apossar das terras indígenas. Então, mesmo sendo limitados, insuficientes e cercados pelas fazendas os seus territórios foram conquistados, mantidos e garantidos pelos próprios Terena, os responsáveis pela sua história.

Referências

Documentos Avulsos, Lata, 1875, APMT.

Documentos Avulsos, Lata, 1878, APMT.

Documentos Avulsos, Lata, 1893, APMT.

Livro de Registro da Diretoria Geral dos Índios, n. 191, 1860-1873, APMT.

VARGAS, Vera Lúcia Ferreira. *A construção do território Terena (1874-1966): uma sociedade entre a imposição e a opção*. (Dissertação) Mestrado em História, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul UFMS, 2003.